

# A CONSOLIDAÇÃO DE UMA LIDERANÇA INDÍGENA DURANTE A REVOLTA CAUSADA PELO TRATADO DE MADRI: O CASO DE SEPÉ TIARAJU, ENTRE O CONFRONTO E A NEGOCIAÇÃO

## THE CONSOLIDATION OF AN INDIGENOUS LEADERSHIP DURING THE REVOLT CAUSED BY THE MADRI TREAT: THE CASE OF SEPÉ TIARAJU, BETWEEN THE CONFRONTATION AND THE NEGOTIATION

Rafael BURD\*

**Resumo:** Quando falamos em História Indígena, um dos momentos de maior destaque é a chamada “Guerra Guaranítica”, ocorrida em decorrência do Tratado de Madri (1750). Essa rebelião indígena é apontada como um momento de resistência ao invasor europeu. Seu principal líder foi o guarani Sepé Tiaraju. Mas geralmente se esquece que, na metade do século XVIII, muitos indígenas já conheciam bem os códigos culturais europeus, pois o contato já havia sido feito havia mais de cem anos. Este artigo se propõe a pensar como Sepé Tiaraju agiu de acordo com sua condição de guarani membro de uma redução afetada pelo Tratado de Madri e teve que ir às armas como um indivíduo que sabia como articular negociações com os ibéricos.

**Palavras-chave:** Missões Guarani-Jesuíticas – Tratado de Madri – Lideranças Indígenas – Mediadores Culturais.

**Abstract:** One of the most remarkable moments of the Indigenous History is the “Guaranitic War”, that took place due to the Madri Treat (1750). This indigenous rebellion is pointed out as a moment of resistance against the european invader. Its main leader was the guarani Sepé Tiaraju. Nevertheless, many people ignore that, in the middle of the 18th century, many indigenous have already know quite well the european cultural codes, for the first contact was held a hundred years ago. This article aim to think how Sepé Tiaraju acted accordingly to his condition of member of a reduction affected by the Madri Treat and had to take arms as an individual knowing how to articulate negotiations with the iberians.

**Keywords:** Indigenous Leaderships – Guaraní Reductions – Treaty of Madrid – *Passeurs Cultureuls*.

### *Introdução*

A região sul da América Portuguesa foi marcada, no século XVIII, por diversos confrontos entre espanhóis e lusitanos. Como medida para pôr fim a esses embates, as duas Coroas assinaram, em 1750, o Tratado de Madri. Entre as determinações, estava a

---

\* Mestre em História – Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus do Vale, CEP 91501-970, Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Professor de História na rede pública de ensino. E-mail: [rafaelburd@gmail.com](mailto:rafaelburd@gmail.com)

troca do território das sete reduções orientais, que passariam a fazer parte do império luso, pela Colônia de Sacramento, que pertenceria aos espanhóis, tendo como suas fronteiras o rio Uruguai. As sete reduções que teriam seu território entregue aos portugueses incluíam-se em um universo de outras vinte e três, num total de trinta missões guaranis na Província Jesuítica do Paraguai. A ideia de sete povos é anacrônica e acaba por confundir os estudos, tendo surgido somente após a construção do Estado brasileiro, por se localizar no atual território desse país. A consolidação desses Sete Povos veio com a obra de Aurélio Porto *História das Missões Orientais do Uruguai*, escrita nos anos 30 do século XX (PORTO, 1943).

Essas sete reduções – a saber: São Borja, São Nicolau, São Luiz, São Lourenço, São Miguel, Santo Ângelo e São João – eram habitadas desde o início do século XVIII por índios guaranis, os quais, de acordo com o Tratado, deveriam se mudar com todos seus bens para a margem ocidental do rio Uruguai. É lógico que os indígenas se negaram a transmigrar, o que gerou reação por parte das Coroas. A revolta nativa contra as determinações do Tratado de Madri ficou conhecida na historiografia como Guerra Guaranítica. Como primeira ação, foi enviada em 1753 uma comissão demarcadora com o objetivo de limitar as fronteiras; ela, no entanto, foi barrada na estância de Santa Tecla, do povo de São Miguel. Como consequência, os reis ibéricos enviaram duas expedições rumo às missões. A primeira teve lugar em 1754, com os portugueses subindo o rio Jacuí, e os espanhóis costeando o rio Uruguai, fazendo o formato de uma pinça. Fracassado, gerou a organização de uma segunda, em 1756, dessa vez com os exércitos coligados. Em 7 de fevereiro, foi morto o líder das tropas guaranis, Sepé Tiaraju e três dias depois, os indígenas sofreram uma pesada derrota na batalha de Caiboaté.

A sua atuação enquanto liderança guarani suscitou uma série de construções sobre sua figura: a de herói, santo, mártir da resistência indígena. O Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2009, por exemplo, o inscreve no Panteão dos Heróis Nacionais. Este artigo propõe-se a discutir como Sepé se transformou em líder guarani durante o conflito através do cruzamento de fontes produzidas por jesuítas, espanhóis, portugueses e índios. Os documentos mais importantes talvez sejam os diários dos ibéricos que tomaram parte na segunda expedição, como os súditos do rei fidelíssimo José Custódio de Sá e Faria e de Jacinto Rodrigues da Cunha, do rei católico, Francisco Graell e dos jesuítas como Bernardo Nudoreffer e Tadeo Henis. Gostaria também de apresentá-lo sob a perspectiva de um mediador cultural, ou seja, de um indivíduo que

transita entre dois mundos aparentemente diversos, o dos indígenas e o dos europeus, papel que também o ajudou a se consolidar como liderança.

### *Lideranças indígenas pós-contato*

Para investigar a liderança de Sepé, é importante entender como operavam as dinâmicas das lideranças indígenas, principalmente na América Latina. Segundo um pesquisador do tema, o francês Guillaume Boccara, a relevância do estudo com as lideranças e elites indígenas aumentou nas últimas décadas, o que só foi possível com o surgimento de uma “Nova História Indígena”, que projetou a fronteira “[...] como um território imaginado, instável e permeável de circulação”. Os pesquisadores ligados à “Nova História Indígena” pretendem levar em conta o “ponto de vista dos indígenas”, para reconstituir a sua participação na história colonial (BOCCARA, 2003, p. 64-65). No Brasil, o historiador John Monteiro (2001, p. 5), atribuiu a apropriação da “Nova História Indígena” por pesquisadores no Brasil ao interesse manifestado nos estudos referentes ao período colonial, nos anos oitenta, e aponta para a combinação entre a antropologia e a história na formação dos estudos “etno-históricos”. Para a etno-história, é necessário se afastar da ideia de uma “contaminação” e “aculturação” por parte dos índios no contato com os europeus. Deve-se romper com o etnocentrismo, buscando entender as estratégias utilizadas pelos indígenas, devolvendo-lhes o protagonismo histórico (BOCCARA, 2003, p. 64).

Existem alguns mitos sobre as reduções. Um dos principais é o do controle dos padres. Dizia-se da eliminação da cultura guarani e da implementação, por meio de coerção, do cristianismo. Porém, há que se lembrar que havia, nas missões, dois padres para cerca de dois mil índios. A relação entre os jesuítas e as lideranças indígenas está na base da permanência dos religiosos junto aos guaranis por tantos anos. Os padres acreditavam que, com o apoio dos seus líderes, teriam conseqüentemente o apoio de grande parte da população. O trabalho dos jesuítas teve suporte em momentos anteriores da conquista europeia. Poloni-Simard, que trabalha com povos andinos, encontrou as mesmas características na região. A Coroa espanhola reconhecia os líderes nativos como tais e lhes dava certos privilégios. Dessa maneira, criava uma nobreza nativa que servia como mediadora entre os conquistadores e os indígenas (POLONI-SIMARD, 2000, p. 94).

Os estudiosos perceberam que os contatos entre europeus e indígenas deram origem a novas sociedades, diferentes das que havia antes da conquista. Nos últimos anos, criaram o conceito de etnogênese, que seria a formação de novos grupos étnicos, tanto biológica como culturalmente. Boccara usa o conceito quando se refere à capacidade de adaptação das sociedades indígenas às novidades trazidas pelos elementos estrangeiros, no caso os espanhóis.

O pesquisador argentino Guillermo Wilde (2003, p. 10), entende que as reduções guaranis foram um caso de processo de etnogênese que engendrou uma nova categoria étnica: o guarani-missioneiro. O autor compreende este indígena como um novo grupo étnico, uma nova categoria de pertencimento oriunda da evangelização (WILDE, 2003, p. 35). Também baseada nesses suportes, a historiadora norte-americana Barbara Ganson, autora de *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*, atribui aos trinta povos uma hibridização entre a cultura guarani e a cultura espanhola. Os guaranis e os jesuítas teriam construído um mundo novo nas missões. A este processo a autora dá o nome de transculturação, no qual o guarani seleciona o que irá aceitar ou rejeitar daquilo que os europeus oferecem, entendendo que as mudanças foram resultado de escolhas realizadas pelos próprios indígenas (GANSON, 2003, p. 84).

Assim, os caciques, ou no idioma guarani, os *morubixabas*, foram fundamentais para a implementação das missões. Eles recebiam dos jesuítas o título de “Don” e tiveram seu antigo poder reconhecido pelos religiosos. Formavam uma nobreza indígena local, ligados à administração colonial (KERN, 1982, p. 40). Embora recebessem o título de “Don” como um símbolo de status, jamais tiveram uma vida suntuosa, como se observa em outros momentos na História da conquista da América (GANSON, 2003, p. 58).

Outra instituição dos espanhóis que se destacou nas missões foi o cabildo. Assembleia presente nas cidades hispânicas, esta fora posta em prática nas reduções pela legislação para a colônia. Era basicamente composto de:

[...] um Corregedor, posteriormente, um Tenente de Corregedor, se necessário, dois Alcaldes da Irmandade, um Alferes Real, Regedores, um Alguazil Mor (ou 2 se necessário), um Mayordomo e um Secretário. Na língua guarani, o Corregedor era denominado *Poroquaitara* (o que dá as ordens), os Regedores eram os *Cabildoiguara* (pertencentes ao Cabildo), o Alcaide era o *Ibirayazú* (o que leva o bastão) e o Cacique continuava a se denominar Tubichá. (KERN, 1982, p. 46)

O cabildo demonstrava uma noção diferente de autoridade daquelas que os indígenas conheciam. Mas a sua introdução nas reduções não foi difícil (WILDE, 2003, p. 55). Tanto os caciques como os cabildantes estavam inseridos nas práticas do sistema colonial, sendo reconhecidos como destaques pelas autoridades espanholas (KERN, 1982, p. 46), que davam a legitimidade às lideranças indígenas e definiam seus limites (WILDE, 2003, p. 140). Os membros do cabildo também tinham um status sobre o resto da população reducional.

Sepé Tiaraju, mesmo líder, nunca foi cacique. O cargo era hereditário, ainda que o princípio de hereditariedade entre guaranis não fosse o mesmo que entre os europeus. A sucessão guarani não necessariamente era para o filho, mas para aquele com maior prestígio junto aos demais, desde que tivesse uma proximidade familiar com o líder anterior. Quando os jesuítas impõem que os filhos dos caciques seriam sucessores, surge uma “casta burocrática”, ligada ao cabildo e aos jesuítas, mas distanciada da tradição e da legitimidade que os índios conferiam aos seus líderes (WILDE, 2009, p. 138-141). Ao criar o cabildo, os jesuítas transferem parte do poder dos caciques para estas instituições.

Mesmo assim, os guaranis permaneceram com suas lógicas próprias para as lideranças, baseadas, sobretudo, no prestígio junto aos demais. Foi no momento do conflito que estas lógicas – que consideram o prestígio fator preponderante para que um indivíduo seja líder – se manifestaram fortemente. E o prestígio entre os guaranis tem algumas características específicas: o valor mostrado em combate, ou na guerra, a capacidade de realizar alianças, a capacidade de solucionar problemas internos, a generosidade e o dom da oratória.

Vejamos como a bravura, ou o valor mostrado no combate, aparece nas fontes que relatam a presença de Sepé no conflito originado pelas determinações do Tratado de Madri.

### *O valor na guerra – a trajetória de Sepé*

Para uma análise de como Sepé Tiaraju demonstrou sua bravura em combate, é interessante traçar uma trajetória de sua vida entre 1753 e 1756, que são os únicos anos os quais temos registros sobre suas ações. Com o termo “trajetória”, refiro-me ao conceito que Bourdieu traça em *A Ilusão Biográfica*. Segundo o autor, é um erro

considerar a vida como um como um “todo, conjunto coerente”, e lhe atribuir um sentido único. Para o francês, trajetória é definida como uma “[...] série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Mais adiante, afirma que trajetória só pode ser construída com “[...] os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”. (BOURDIEU, 1996, p. 189-190).

Definida essa metodologia de trabalho, traço agora a trajetória de Sepé durante o confronto com os ibéricos, o que no meu ponto de vista, é uma das justificativas da sua liderança. Vou dividir essa trajetória em eventos: a obstrução à passagem das comissões demarcadoras em Santa Tecla, no ano de 1753; o ataque ao Forte de Rio Pardo; a primeira expedição e a morte na segunda expedição. Sei dos problemas que podem decorrer do ponto de vista da narrativa. Mas como não recorrer a ela quando o que se busca é a trajetória de um indivíduo? E como é possível explicar a história sem os fatos? Assim, gostaria de chamar atenção à obra de dois historiadores, adeptos da micro-história: o italiano Giovanni Levi e o francês Jacques Revel. Levi chama a atenção para sua função em dois pontos. O primeiro “[...] é a tentativa de demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade, que seriam distorcidos pela generalização” O segundo refere-se a “[...] incorporar ao corpo da narrativa os procedimentos de pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas” (LEVI, 1992, p. 153). Revel (1998, p. 36), aponta que a “[...] escolha narrativa decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos de pesquisa”. Ou seja: é uma escolha de pesquisa, pela situação de eu realizar um estudo de caso. Existe a necessidade de situar o indivíduo – no caso, Sepé – em sua própria história.

Se levarmos em consideração a ordem cronológica, a primeira menção a Sepé na documentação histórica ocorre no início de 1753. Refiro-me aos fatos ocorridos em Santa Tecla, quando as comissões demarcadoras foram impedidas de passar além desta estância de São Miguel. Foi, na prática, o primeiro ato hostil em oposição às comissões demarcadoras. Consta que Sepé liderava o grupo guarani que fez frente aos ibéricos. Nos diários dos demarcadores, a exemplo dos portugueses José Custódio de Sá e Faria e de Jacinto Rodrigues da Cunha, a situação fica clara, ainda que, como o fato se deu antes do envio das tropas, nem todos o registrarem.

O padre jesuíta Bernardo Nusdorferr registra que as comissões demarcadoras chegaram a Santa Tecla em 27 de fevereiro e os “[...] miguelistas os fizeram parar neste

ponto... foram ter com eles, exigindo que não fossem adiante” Ainda afirmaram que, se os espanhóis quisessem passar, teriam ajuda, mas os portugueses deveriam retornar (NUSDORFERR, 2002, p. 328-329), o que nos remete à antiga rivalidade dos guaranis contra os lusos. O também jesuíta Juan de Escandón (1983, p. 125-126), conta que não foi permitida a passagem dos portugueses, para evitar que suas terras fossem-lhes entregues.

No diário de José Custódio de Faria, consta que, em 23 de março, um comissário português retornou ao seu acampamento no passo do Jacuí. Segundo ele, foram impedidos pelos índios, que disseram “[...] que os reis não podiam entregar as terras, que era deles, índios das Missões. E assim, estavam resolutos a defendê-las, o que tão bem lhes aconselhavam os padres” (FARIA, 2004, p. 261). A questão da responsabilidade ou não dos jesuítas sobre o levante não cabe neste momento, mas a ação dos indígenas é inquestionável.

O que chama atenção é que o nome de Sepé ainda não foi citado. Como é possível afirmar que ele estava em Santa Tecla? Nusdorffer e Henis, quando relatam o ataque ao forte de Rio Pardo no ano seguinte, contam que Sepé estava em Santa Tecla. Gomes Freire, em carta aos caciques das missões rebeladas reclama que

Sendo assim decretado por Sua Majestade Católica a executar a divisão das duas monarquias e demarcada algumas partes nos padrões de Suas Reais armas, foram os comissários de ambos soberanos até Santa Tecla, onde se atreveram os índios do Povo de São Miguel comandados por seu alferes a opor-se ao Real Mandato, não consentindo se continuar a Demarcação do Rio Ibutucui e por sua vez declararam que não entrariam os espanhóis nas suas terras, salvo separado dos portugueses.<sup>1</sup>

Estando ciente de que Sepé era alferes<sup>2</sup> de São Miguel, fica mais evidente a sua participação em Santa Tecla.

Sobre a relação de Sepé com outros guaranis após o evento de Santa Tecla, temos o depoimento de Alberto Caracará, Tenente de Corregedor da redução de São Lourenço. Tal depoimento foi coletado pelos espanhóis em 18 de junho de 1756, mais de três anos após o ocorrido. Quando perguntado sobre como souberam da vinda das tropas, respondeu que depois de Santa Tecla, “[...] o Capitão Sepé escreveu a vinda do dito exército” e que os padres teriam ordenado aos índios que mantivessem exploradores pelos campos, para alertar sobre a movimentação de tropas (DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750, 1938, p. 427).

Não creio que tenham sido os padres os mandantes dos espiões. É provável que tenha sido iniciativa dos próprios índios, assim como outros atos da revolta. É significativo que Sepé tenha alertado aos demais sobre a presença da comissão demarcadora. Talvez não somente sua atitude perante os ibéricos, mas também o aviso redigido aos demais, tenha iniciado a sua trajetória. É possível que esta atitude represente um início de uma rede de relações com cabildantes de outras reduções que o tenha possibilitado ascender a uma liderança maior do que desfrutaria somente em São Miguel.

Após o incidente em Santa Tecla, as fontes só tornariam a tratar sobre Sepé mais de um ano depois, em abril de 1754, durante o assalto ao forte de Rio Pardo. A respeito do evento ocorrido entre guaranis e portugueses, existe a polêmica sobre as duas versões: a lusitana, em que os índios atacaram o forte e foram presos; e a de que foram atraídos para dentro do forte, traídos e aprisionados. Ambas envolvem Sepé diretamente, devido a sua audaciosa fuga.

Segundo José Custódio de Faria (2004, p. 296-297) e Jacinto Rodrigues (CUNHA, 1853, p. 165-166), o forte foi atacado em 29 de abril de 1754 por três esquadrões de índios a pé e a cavalo. Depois de uma carga de artilharia dos portugueses, seis guaranis caíram mortos e os demais fugiram. Atrás deles foi o comandante da fortificação, Thomaz Luiz Osorio, com trinta e cinco homens. Os portugueses fizeram os índios prisioneiros e exigiram que lhes entregassem os setenta cavalos que teriam sido roubados. Havia cinquenta e três índios e um “capitão deles”, que se prontificou a ir buscar os cavalos enquanto os demais ficariam no forte. Saiu escoltado por Francisco Pinto Bandeira e outros quatro homens, mas conseguiu escapar “[...] metendo-se em um capão a pé”. Posteriormente, os guaranis teriam dito aos portugueses que esta era uma estratégia do “seu capitão”: entrar no forte para poder tomá-lo. O nome de Sepé ainda não é citado pelos portugueses nesse momento.

No entanto, os jesuítas indicam a sua ação. Nusdorffer acusa os portugueses de prepararem uma armadilha. Os indígenas teriam realmente tomado os seus cavalos e estavam próximos do forte, mas sem atacá-lo. Para o jesuíta, foi oferecida uma trégua para a negociação sobre os cavalos. Sepé foi o primeiro a entrar e conversar com os lusitanos. Vendo que a situação não oferecia perigo, chamou aos demais. Ao entrarem, as portas foram fechadas e os índios desarmados. Os guaranis teriam sido traídos. Nusdorffer entende que foram aprisionados como escravos. Os portugueses, então, mandaram Sepé buscar os cavalos de volta. Junto com ele foram doze portugueses e



dois negros armados. Segundo o jesuíta, “José, caminhando e vendo que eles não sabiam andar a cavalo, quando menos esperavam escapou-lhes”. Ele ainda teria sido alvo de tiros, mas nenhum o acertou. Nusdorffer (2002, p. 411-412), utiliza o nome “Joseph”, seu nome de batismo, ou cristão, para se referir a Sepé.

Tadeo Henis informa que os guaranis investiam contra o forte, quando Alejandro Mbaruari, o corregedor de São Miguel, foi morto. Os portugueses teriam pedido por paz e Sepé se aproximou e foi dialogar com eles, pois “[...] sabia falar algum tanto de espanhol e era um pouco conhecido dos portugueses, porque agora a pouco esteve nos limites das terras com os demarcadores” (HENIS, 1836, p. 495). Notícia, então, que os guaranis foram enganados e presos dentro do forte. Sepé se propõe ir buscar os cavalos junto de doze homens armados. Quando eles saem, teria dito “vocês que desejam ter os cavalos, me deem licença para falar com os meus, senão, ainda que não queiram, irei se me der vontade e ajudarei meus companheiros”. Conseguiu escapar, mesmo a pé, por um bosque e um rio. Mas ao voltar para perto dos outros guaranis, não conseguiu convencê-los de devolver os cavalos.

Escandón (1983, p. 222-223), apesar de não citar o nome de Sepé, coloca em dúvida a versão lusitana dos fatos, contrapondo com o que os índios teriam relatado aos jesuítas. Destaca-se que Escandón escreveu seu relato anos depois do acontecido, já de volta à Espanha, ao contrário de Henis e Nusdorffer, que têm seus registros datados de 1756 em território americano. Para os jesuítas, a forma como o ataque a Rio Pardo é descrita pelos portugueses não condiz com o modo de guerrear dos guaranis. Acredito que, em Rio Pardo, o objetivo não era atacar o forte, mas realizar um trabalho de “espionagem”. Tanto que, segundo os diários dos jesuítas, como Henis e Nusdorffer, os índios, em princípio, estavam apenas observando. Quando Alejandro Mbaruari é morto, os guaranis se veem obrigados ao revide.

Uma parte dos jesuítas já cita o nome de Sepé, inclusive referindo, agora, que ele estava presente em Santa Tecla, como já foi comentado. Curioso que no depoimento de Alberto Caracará aos ibéricos em 1756, o nome de Sepé aparece como “Joseph Tiarayió” (DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750, 1938, p. 421). Há que se destacar as suas estratégias e os usos que ele faz de outros códigos, como saber falar espanhol, como aponta o padre Tadeo Henis (HENIS, 1836, p. 495). O fato de ele ser conhecido dos portugueses não é desprezível, ou seja, sua ação em Santa Tecla ainda é lembrada. Nesse ponto, suas ações aumentavam seu prestígio junto aos indígenas. A sua liderança em Rio Pardo após a morte do corregedor Alejandro, pode ter sido reflexo do

impedimento da passagem das comissões demarcadoras. Justamente porque é o valor demonstrado na guerra um dos requisitos para o líder indígena obter prestígio junto aos demais.

Não existem muitos documentos que revelassem o nome de Sepé durante a primeira expedição militar rumo ao território missioneiro. Com a expedição espanhola, é improvável que Sepé tenha tido algum contato, dado que esta se movimentava pelo oeste, distante de São Miguel. A expedição lusa, como seguia o Jacuí, se encontrou com Sepé. Os indígenas perceberam a complicada situação enfrentada pelos portugueses durante a primeira expedição, que estavam ilhados devido à cheia do rio Jacuí. Certa feita, ao notarem que não saíam para o campo aberto, preferindo se esconder nas matas, os guaranis fingiram trazer cartas, assim alguns lusos se apresentaram. O padre Bernardo Nusdorffer narra que, próximo ao dia 11 de novembro,

[...] o célebre índio José, miguelista, chegou a desafiar ao Sr. Francisco Pinto, que o retivera cativo no forte, numa referência ao episódio de Rio Pardo, dizendo-lhe que estava com vontade de lançá-lo, se ele estivesse com ânimo de sair dali (2002, p. 446).

Poucos dias depois, em 14 de novembro, Gomes Freire firmava um pacto com os guaranis para não ser importunado durante a sua retirada. Sepé não assinou a convenção do governados do Rio de Janeiro com os caciques pela suspensão das armas, por não ser cacique. Da parte de São Miguel e São João, os signatários foram D. Miguel Numbarri, D. Cristoval Arirá e D. Joseph Mbarie. O pacto entre Gomes Freire e os guaranis está redigido em “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc. 152. Os membros de São Miguel e São João só assinaram o documento dois dias depois dos demais. Depois de assinar o pacto, Gomes Freire viu-se obrigado a retornar. Contudo, havia pressão das duas Coroas ibéricas para uma nova investida contra as reduções. Sendo assim, os exércitos espanhol e português se reuniram e tomaram o rumo das missões novamente em janeiro de 1756.

A ação de Sepé nesse ano durou apenas trinta e oito dias. Mesmo assim, seu papel na oposição frente à segunda expedição é destacado por várias fontes. José Custódio de Faria (2004, p. 395) relata que, em 22 de janeiro de 1756, os ibéricos haviam aprisionado um índio espião, que os vinha observando. Segundo ele, D. Nicolau (Neenguiru) os havia convocado e tinha deixado o “índio Sepeê” na Estância de Santo Antônio, com quatro peças de artilharia e quatrocentos homens de guarda, de onde

enviava espiões. O capitão espanhol Francisco Graell (1998, p. 28-29), faz o mesmo relato em seu diário. No primeiro dia de fevereiro, os diários atribuídos a José Custódio Faria (2004, p. 441), a Francisco Graell (1998, p. 37-38) registram que as tropas ibéricas avistaram um indígena com uma “bandeirola de paz”, que todos supuseram ter sido enviado por Sepé. Ele teria afirmado que o líder não poderia vir, por estar impossibilitado devido a uma queda, mas que viria no dia seguinte. Após, foi mandado embora, com um recado para Sepé: que devesse obediência aos ibéricos e avisasse aos demais guaranis e aos padres para que evacuassem as reduções, caso contrário, seriam mortos.

Nota-se que, neste momento, Sepé tenta entabular negociações com os rivais, ainda que sem sucesso. Talvez seja uma mudança de postura quanto as suas atitudes anteriores frente aos demarcadores, principalmente quanto aos portugueses, uma outra opção no lugar do enfrentamento direto. O padre Henis (1836, p. 544), já destacava a cautela de Sepé nesse ano de 1756 quanto ao combate prematuro.

Esta mudança de postura pode guardar relação com o que Bourdieu chama de “[...] série de posições sucessivamente ocupadas”, que devem ser consideradas no “espaço social”, ou seja, nas relações com outros agentes. Afinal, segundo o sociólogo francês, não é possível associar a trajetória de alguém somente ao sujeito dela (BOURDIEU, 1996, 189-190). O que teria levado Sepé a mudar de atitude durante sua trajetória? Provavelmente a necessidade de se adaptar frente à nova situação. Percebendo a força e o tamanho dos exércitos de Sua Majestade Católica e Fidelíssima, principalmente através dos relatos dos espiões, creio que Sepé se viu obrigado a ser mais prudente, esquivando-se de enfrentamento diretos como o de Caiboaté.

O objetivo de Tiaraju parecia ser arregimentar o máximo de indígenas, tanto guarani-missionários como “infieis” para o combate. Nusdorffer (2002, p. 478), destaca que, em São Xavier, parte de São Miguel “[...] tinha ordenado o capitão (Tiaraju!) que todos os índios presentes na estância fossem à guerra, [...] porque eram os melhores montados e os mais práticos (conhecedores) da terra e dos caminhos.”

Entre o final de janeiro e início de fevereiro, os guaranis decidiram em assembleia “[...] que fosse cabo de todos, o corregedor de São Miguel”, conforme o relato de Nusdorffer. Em janeiro de 1756, Sepé chegava ao cargo de corregedor de São Miguel, o mais importante do cabildo. O padre Escandón (1983, p. 305), quando descreve as qualidades e a morte de Sepé, diz que “[...] foi a ele que todos os Sete Povos, lá em suas juntas de guerra, haviam apontado por chefe ou capitão geral dessa

expedição desatinada”. Em depoimento aos espanhóis no dia 26 de fevereiro de 1756, o guarani membro da missão de São Luís, Cristoval Reu, foi perguntado como estes fizeram frente ao exército de Sua Majestade. O indígena respondeu que “[...] o Capitão Sepé escreveu ao seu corregedor chamado Francisco Chaca para que saíssem cem do povo [...] a fim de fazer oposição aos espanhóis”. (DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750, 1938, p. 405-406).

Nusdorffer (2002, p. 480), relata que Tiaraju percebeu que seria improdutivo atacar os ibéricos. Os guaranis somavam 1.400 homens, e os ibéricos, pelo menos o dobro disso. Sepé preferiu ordenar que fossem chamados mais indígenas para a luta. Henis conta que no início de fevereiro, os guaranis começaram a marchar lentamente, mas com “José Tiararú” junto de cem homens de São Miguel na frente (HENIS, 1836, p. 542). Talvez essa situação viesse contradizer sua cautela com a guerra. Mas Nusdorffer (2002, p. 478-479), afirma que “Joseph Tyarayu [...] adiantou-se com uns cem índios, a fim de reconhecer mais de perto os exércitos contrários”. Esta postura de antes reconhecer, observar os inimigos, para depois combatê-los parece ser prudente, buscando evitar o enfrentamento inconseqüente. Mas Tiaraju não estava em Caiboaté, porque morreu três dias antes. Este fato é largamente noticiado nos documentos consultados, prova de que naquele momento, Sepé, para aquelas autoridades, teria o prestígio e a liderança junto aos indígenas e reconhecimento disso por parte dos europeus.

Os jesuítas lamentaram a morte de Sepé. Nusdorffer e Henis contam a história do encontro de Sepé e outros índios com cinco espanhóis, quando quatro morrem e um consegue escapar e avisar aos demais. Creio que nesse momento, o objetivo dos guaranis não era o embate direto, mas a observação de tropas rivais. Outros espanhóis vieram para o combate e os guaranis, apesar de estarem em menor número, decidiram lutar. Porém, Nusdorffer, declara que

[...] quis sua má fortuna que José, seu cabo, tropeçasse numa cavidade do terreno – havendo delas muitas naqueles campos, por assim dizer, de armadilhas – e, caindo do cavalo, feriu-se de tal sorte que não pode mais de levantar. Lançaram-se então sobre ele os espanhóis e ali, com pistolaços, que lhe deu o governador Viana, e com lançadas deram cabo nele. Ocorreu esta desgraça a 7 de fevereiro (2002, p. 480-481).

No dia sete do segundo mês de 1756, Graell escreve que quatrocentos homens saíram junto do governador de Montevidéu, José Joaquim de Viana, na perseguição de

alguns indígenas. Retornaram com a notícia da morte de dois espanhóis e oito guaranis “[...] entre estes um índio que, segundo o parecer de alguns e por duas cartas em guarani que se encontravam com ele, parece ser o Capitão Sepé” (GRAELL, 1998, p. 43). Seu corpo foi reconhecido pelos europeus, principalmente através dessas correspondências que portava na sua algibeira.

Custódio diz que Sepé foi reconhecido por um espanhol. Sobre a morte, narra que José Joaquim de Viana, avistando um índio “[...] que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevideu o matou com um tiro de pistola”. Para o lusitano, “[...] o índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e, por isso, comandava aos demais” (FARIA, 2004, p. 417-419).

Provavelmente, pelo próprio desenrolar da refrega, os soldados ibéricos perceberam que o líder daquela tropa era Sepé. As duas cartas encontradas junto ao seu corpo somente confirmaram essa impressão. O diário do capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha traz uma transcrição e tradução destas, pois estavam em idioma guarani. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringuã, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para o português se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer nas terras que, segundo os guaranis, “Deus havia lhes dado”. Infelizmente o diário de Cunha não indica o remetente dessa última (CUNHA, 1853, p. 226-232).

No caso dos guaranis, as correspondências se davam, evidentemente, entre os membros do que Eduardo Neumann chama de “elite letrada” (NEUMANN, 2005), da qual, ao que tudo indica, Sepé Tiaraju fazia parte. É claro que as cartas que recebe e envia são boas evidências disso, como se nota na abertura de uma que carregava consigo quando da sua morte: nela, o *mayordomo* Valentim Ibaringuã se dirige respeitosamente ao destinatário: “[...] aqui o padre todos os dias diz missa diante da imagem de Nossa Senhora do Loreta para que interceda por vós outros” (CUNHA, 1853, p. 228).

O reconhecimento da liderança de Sepé por parte de guaranis, jesuítas e inclusive ibéricos parece ser demonstrado pelo que Levi (2000, p. 96), chama de “[...] rede formal das relações de consanguinidade e de alianças”. As referências parecem comprovar esta suposição, como, por exemplo, a convocação dos guaranis por parte de Sepé, como foi o caso narrado por Cristoval Reu da redução de São Luís e a adesão por

parte dos guaranis, como está relatado nos diários dos jesuítas Tadeo Henis e Bernardo Nusdorffer.

Creio que é possível, como queria Carlo Ginzburg (1989, p. 179), induzir, a partir destes detalhes, ou utilizar-se da “intuição”, como sugere o historiador italiano no famoso ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, o porquê de Sepé ser tão mencionado. Ao longo de sua trajetória, ou pelo menos, ao longo da trajetória possível de ser pesquisada, Tiaraju construiu, traçou essa sua rede. Ou, em outras palavras, esta foi a “estratégia” por ele adotada a fim de se opor aos Exércitos das Coroas Ibéricas. Estas alianças parecem ter sido construídas principalmente pelo seu valor, atributo obtido nas ações em Santa Tecla e Rio Pardo.

Ainda que tenha havido um certo deslocamento na sua posição, inicialmente mais ofensiva e finalmente mais cautelosa, é razoável supor, pelas poucas fontes que temos disponíveis, que estes primeiros acontecimentos tenham causado grande repercussão na época. Pois, se em algumas fontes, Sepé não é citado nominalmente em 1753 e 1754, o mesmo não acontece em 1756. Nessa altura, todos já sabiam quem era o índio de São Miguel. Havia obtido notoriedade, sendo reconhecido não só pelos índios missioneiros, como também pelas autoridades coloniais.

#### *Mediador cultural em tempos de conflito*

Já referi que Sepé, conforme o diário do padre Henis, sabia falar o idioma espanhol. Sendo assim, entendo-o como um mediador cultural, um indivíduo que consegue transitar entre dois mundos diversos, por conhecer os códigos desses dois mundos. Claro que a condição desses sujeitos só foi possível graças à formação de uma pequena elite local escolhida pelos jesuítas. No momento em que os indígenas foram cristianizados, aprenderam latim, espanhol, inseriram-se no que o francês Serge Gruzinski chama de ocidentalização. O termo relaciona-se a uma tentativa dos europeus de reconstruir seu continente no Novo Mundo que acabou encontrando obstáculos como resistências e adaptações dos povos nativos da América (GRUZINSKI, 2000, p. 30).

É muito provável que em 1750 a elite indígena já estivesse bastante “ocidentalizada”. Sepé era um representante da elite indígena e membro do cabildo de São Miguel e desempenhou importante papel devido ao seu acesso a esses códigos culturais europeus. Gruzinski destaca que os mediadores culturais tiveram papel essencial na história da relação entre europeus e indígenas. São, nas palavras do autor,

os “[...] espaços intermediários, ao invés dos conjuntos monolíticos”, ou ainda “[...] dinâmica híbrida sob o aparente triunfo do Ocidente” (GRUZINSKI, 2001, p. 48-49).

Uma prova disso é a credibilidade que Sepé alcançou junto aos padres das reduções, como pode ser percebido numa carta do cura de São Miguel, Lorenzo Balda, a Tadeo Henis. A correspondência é datada de 22 de março de 1753, pouco tempo depois do episódio de Santa Tecla:

[...] o tenente que se pode fiar V.R., lhe dirá, como também o procurado Diego Irepa, que é muito fiel segundo me disse o padre Miguel e o padre Carlos sabem as coisas da estância, como também o Capitão Sepé que suponho vem com os presos, segundo me falou o tenente (DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750, 1938, p. 377).

Deflagrados os “alvorços”, primeiros movimentos dos indígenas rebelados, os padres se encontravam assustados e temerosos. Se Sepé era alguém em quem poderiam confiar, já é um forte indicativo de que ele tinha boas relações com os religiosos. Concomitante a isso, Sepé também parecia confiar nos padres, afinal, durante os anos de redução, os guaranis passaram a ver os jesuítas como aliados, pois estes não se colocavam como o conquistador espanhol, o encomendero, ou o caçador de escravos, não se apresentavam se maneira repressora, ou perseguidora (MELIÁ, 1985, p. 183).

Testemunho disso são duas cartas que Sepé teria escrito para padres. Em 1753, o então alferes se reporta ao padre Miguel, cura de seu Povo desde a estância das Yeguas de Santa Rosa. Por meio dela, o coloca a par daquilo que havia conversado com outros indígenas. E ainda assim, defendia perante este a decisão de não abandonar o território missioneiro (DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750, 1938, p. 241).

A carta enviada, que Juan de Escandón afirma ter visto, para o padre superior é ainda mais interessante. Sepé se utiliza de argumentos cristãos para não deixar que os jesuítas saiam da redução de São Miguel. O indígena afirma que:

[...] também aos nossos antepassados, quando já cristãos, veio São Miguel falar-lhe por três vezes, baixando para tanto lá do céu em pessoa e repetindo-lhes o mesmo que antes já havia dito São Tomé – que os padres da Companhia convertê-los-iam, e que nunca os deixasse sair de seu meio! (ESCANDÓN, 1983, p. 93-94).

Mesmo que Sepé se negasse à saída dos jesuítas que se encontravam detidos, isso não significava uma afronta aos padres. Ele se utilizou de símbolos cristãos como, por

exemplo, a aparição de São Miguel, para convencer ao superior das missões. Estava tentando mediar uma saída política para a questão (NEUMANN, 2005, p. 188-189). Em 15 de abril de 1754, o padre Balda escrevia novamente ao padre Henis. Este diz ter recebido cartas de Sepé, que o acalmaram e o confortaram diante da situação em que se encontravam (DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750, 1938, p. 88-89). É notável o trânsito que Tiaraju tinha junto aos padres das reduções. Isso o fazia parte da elite enobrecida pelos jesuítas, que, como já disse, teve o papel de conduzir as relações entre estes e a população missioneira.

Tudo indica que mesmo que Sepé tivesse tido uma grande reputação e prestígio em batalha, ele também aproveitou-se da condição de mediador cultural para buscar negociações entre as partes. Já no início de 1754, Sepé mostrava certa vontade de negociar com os portugueses, ainda que sua postura fosse mais agressiva, pelo menos no que concerne em devolver os cavalos para ver seus companheiros livres, no episódio de Rio Pardo. Ele pretendia devolver os setenta animais que haviam sido roubados dos lusitanos pelos guaranis. Contudo, seus companheiros se negaram a fazê-lo. Nusdorffer (2002, p. 412), relata que, depois de escapar, Sepé “[...] chegou para junto de seus camaradas e lhes falou quanto aos cavalos, mas ninguém os quis restituir, e assim os índios vieram com eles a seus ‘pueblos’”. Henis conta que, apesar de lastimar pelos indígenas presos no forte, os miguelistas, não pretendiam devolver os animais. O padre relata que “se tratou outra vez por meio do mesmo Sepé, sobre a lista dos cativos, oferecendo cavalos e mulas”. Pelas suas palavras, os guaranis não aceitaram tal negócio por não confiarem nos portugueses, pois já haviam sido traídos uma vez, quando foram convidados a entrar no forte e acabaram vítimas de uma armadilha (HENIS, 1836, p. 498).

Sepé e os guaranis se viram obrigados a reagir de alguma maneira às determinações de transmigrar. Embora nos primeiros momentos, Tiaraju tenha se chocado de frente com os ibéricos, ainda assim se utilizava de elementos culturais ocidentais para isso. Ele, ainda que falasse espanhol e soubesse escrever, não tinha perdido a identidade guarani-missioneira, ou antes, a identidade “miguelista”, agindo em prol da sua redução, foram adaptações e soluções encontradas pelos guaranis e por Sepé. Barbara Ganson afirma que os guaranis utilizaram o cabildo e outras instituições espanholas para suas próprias necessidades, como espaços de negociação com os ibéricos (GANSON, 2003, p. 61). As elites indígenas souberam proteger seus interesses nos momentos necessários. Para a autora, isso não foi empecilho para que Sepé



desafiasse portugueses e espanhóis (GANSON, 2003, p. 184). Entendo que isso foi um instrumento para Tiaraju enfrentar os ibéricos.

Outro momento de contato, ou de tentativa de contato, ocorreu pouco antes de sua morte. Conforme alguns diários de membros da segunda expedição, Sepé pretendia conversar com os ibéricos nos primeiros dias de fevereiro. Ainda que não fosse para entrar em algum acordo, como o de novembro de 1754, a proposta de negociação por parte dele já pode fazer pensar em algum tipo de acordo ou armistício. Contudo, Tiaraju não chegou a conversar com os generais portugueses e espanhóis. Segundo Francisco Graell, em primeiro de fevereiro de 1756, “[...] veio a nós um índio, com uma bandeirola de paz, supomos tratar-se do secretário mandado pelo índio Sepé, para nos servir de guia”. É possível que este fosse um membro do cabildo de São Miguel e portanto membro da elite indígena, sendo assim um mestiço cultural. Mais adiante, o “secretário” teria dito que “[...] seu capitão Sepé não havia vindo por achar-se impossibilitado por uma queda”. Entretanto, a resposta foi agressiva: para que os guaranis abandonassem as reduções e não fizessem oposição às tropas ibéricas, senão seriam mortos (GRAELL, 1998, p. 37-38).

Como exposto, parece-me que, quando morreu, em 1756, Sepé adotava uma estratégia cautelosa de observação do inimigo, evitando o confronto direto. Isso fica mais evidente quando vamos às fontes. Segundo o que tudo indica ser um depoimento de um guarani aos espanhóis depois da entrada no território missioneiro, Nicolau Neenguiru, cacique de Concepción e outro importante líder da revolta, decidiu “[...] enviar o Capitão Sepé com cem índios na frente, que servissem de espiões” (DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750, 1938, p. 427). Pode-se concluir que a tropa comandada por Tiaraju era de “bomberos”, homens que deveriam verificar a situação e não entrar em combate com os ibéricos, como fatalmente ocorreu. Conforme o diário do espanhol Francisco Graell, as tropas aprisionaram um índio em 22 de janeiro de 1756. Este relatou que Sepé mandava “exploradores correr pelo campo” desde a Estância de Santo Antônio, para onde Neenguiru havia o designado (GRAELL, 1998, p. 42).

Sua prudência também pode ser verificada na forma de como pretendia lutar. Conforme o diário do padre Tadeo Henis, no período entre a morte de Tiaraju e a batalha de Caiboaté, “[...] alguns persuadiam que se seguisse o conselho de seu capitão defunto, José, que deviam se retirar até as montanhas, se tardarem os aliados” (HENIS, 1836, p. 544). Ou seja, naquele momento, Sepé preferia aguardar a chegada de mais homens para lutar, isso porque conhecia o poderio militar dos exércitos coligados. Ele já

fora prisioneiro dos portugueses e tinha informações dos observadores sobre as tropas ibéricas. Era necessário adotar outra tática, e a cautela parece ter sido uma escolha consciente. Segundo Barbara Ganson, Sepé e outros líderes escolheram diferentes estratégias de acomodação e resistência, de acordo com as alterações das circunstâncias (GANSON, 2003, p. 161). Ou seja, após perceber a força do inimigo, Tiaraju notou que deveria mudar de ação e ser mais precavido.

Os acordos que Sepé tentou firmar entre índios e ocidentais não necessariamente significaram colaboração ou passividade. Foi uma forma de resistir às alterações que se apresentavam, um modo de se adaptar à nova situação. Foi, sobretudo, uma maneira encontrada por ele de reagir às determinações reais de abandonar as suas terras e entregá-las aos portugueses. Sepé apresentou a qualidade de utilizar sua condição de *mediador cultural*, no sentido de um mestiço cultural, para *mediar*, no sentido de tentar realizar negociações. Em outras palavras, conseguiu valer-se dos códigos que conhecia dos europeus para buscar uma melhor solução para o conflito.

### *Considerações finais*

Ao mesmo tempo em que Sepé alcançou sua liderança por ter demonstrado seu valor em campo de batalha, aponto que ele buscava muitas vezes uma negociação no conflito. Como explicar essas duas opções, aparentemente tão contraditórias?

Creio que Sepé tinha consciência do poderio das tropas lusitanas e espanholas, muito em consequência do seu trabalho como “bombero” ou espião. E, na maior parte das vezes, essa sua função o levou ao enfrentamento direto contra os ibéricos. Mas como também já mostrei acima, guarda relação com o que Bourdieu aponta como as diferentes opções que um indivíduo ocupou dentro do seu espaço social. Ou seja, como queria o próprio Bourdieu, a vida de um sujeito não pode ser vista como um bloco monolítico, único. Numa perspectiva semelhante, em artigo que analisa a trajetória de Tenório Cavalcanti, Mário Grynszpan afirma que “[...] o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações” Dessa maneira, ao perceber a sua trajetória, podemos notar de quais recursos o personagem se utilizou e como pôde formar uma rede de relações sociais (GRYNSZPAN, 1990, p. 74-76).

Sepé não era cacique, mas, mesmo assim, negou-se a aceitar as ordens impostas pelas Coroas Ibéricas em decorrência do Tratado de Madri. Ainda que fosse

mediador, enviando correspondências, buscando auxílio e se mostrando disposto a auxiliar, ele não se submeteu aos padres (NEUMANN, 2004, p. 106-107). Sendo assim, é possível afirmar que suas atitudes foram escolhas, frutos de uma capacidade de ação. Uma ação consciente que muitos historiadores, como John Monteiro, chamaram de “agency” (MONTEIRO, 2001, p. 57).

Sepé Tiaraju destacou-se e atingiu “altos cargos”, o de corregedor de São Miguel e de chefe da rebelião, mas sob uma situação de mestiçagem. Sua liderança parece ter sido construída por uma lógica guarani-missioneira, combinando elementos indígenas e europeus. Ao mesmo tempo que sua tentativa de negociação é perceptível, sua capacidade guerreira é notável. Os acontecimentos de Santa Tecla e Rio Pardo são exemplos disso. Em ambos os casos, os índios se mostraram disponíveis a negociar, mas, quando necessário, souberam reagir. Creio que as respostas de Sepé Tiaraju para o Tratado de Madri podem nos ajudar a entender as ações da elite indígena durante a revolta. Como representante desse grupo, suas tentativas de negociações e de confrontar-se com os ibéricos podem ser entendidas como formas de resistência e adaptações às novas situações que agora lhes eram impostas.

## Referências Bibliográficas

- ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Cópia de la carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebelados. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754, Legajo 7430, doc. 53.
- BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje e etnogênese en las Américas. In: MANDRINI, Raúl J.; PAZ, Carlos D. (Comp.) *Las fronteras hispanoscriollas del mundo indígenalatinamericano en los siglos XVIII-XIX: un estudio comparativo*. Tandil, IEHS, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Morais; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CUNHA, Jacinto Rodrigues da. Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2-3, p. 139-328, 1853.
- DOCUMENTOS SOBRE O TRATADO DE 1750. Cartas (36) de vários. 22 de setembro de 1752 a 26 de março de 1756. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1930. v. 52. p. 352-397.
- \_\_\_\_\_. De otra de las noticias que se han adquirido concernientes á la resistencia de los Indios, que aprendió Viana en el pueblo de San Lorenzo. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1930. v. 52. p. 422-431.
- \_\_\_\_\_. Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1930. v. 52. p. 399-421.

DOCUMENTOS RELATIVOS A LA EJECUCIÓN DEL TRATADO DE LÍMITES DE 1750. Testimonio de varias cartas cambiadas entre los padres le da compañía (enero de 1753 – setiembre, 20 de 1756). Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. *El Siglo Ilustrado*, Montevideo, v. 13, n. 1, 1938.

ESCANDÓN, Juan de. História da transmigração dos sete povos orientais. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 23, p. 332-338, 1983.

FARIA, José Custódio de Sá e. Diário da expedição e demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai. In: GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750-1756)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

GANSON, Barbara. *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAELL, Francisco. *Passado missioneiro no diário de um oficial espanhol*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

GRUZINSKI, Serge. Un honnête homme, c'est un home mêle mélanges et métissages. In: TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (Dir.). *Passeurs culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001.

\_\_\_\_\_. *El pensamiento mestizo*. Barcelona: Paidós, 2000.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 74-76, out. 1990.

HENIS, Tadeo Xavier. (Pe.). *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MELIÁ, Bartomeu. *El guarani conquistado y reducidos-ensayos de etnohistoria*. Assunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología : CEADUC-CEPAC, 1985.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores*. 2001. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. 'Mientras volaban correos por los pueblos' autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 22, p. 93-119, jul./dez. 2004.

NUSDORFFER, Pe. Bernardo. Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756. In: TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. t. 3.

POLONI-SIMARD, Jacques. Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas. *Anuario del IEHS*, Tandil, v. 15, p. 87-100, 2000.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guaraní Misionero (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

\_\_\_\_\_. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

## Notas

---

<sup>1</sup> No original: “*Siendo así decretado por SMC a executan la division de laz dos monarquias y demarcada algunas parte em los padrones de Sus Reales armas, fueron los comissários de ambos soberanoz asta Santa Tecla, donde se atrevieron los Indios Del Pueblos de São Miguel comandados por su alferes a opor-se al Real Mandato, nó consentiendo se continuarse la Demarcacion Del Rio Ibucuy y por sal vez declararon no entrarion los españoles en sus tierras, salvo separado de los portugueses*”. “Cópia de la carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebeldes.” Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7430, doc. 53. Agradeço ao professor Dr. Eduardo Neumann por me ceder a documentação.

<sup>2</sup> Segundo Felix Feliciano da C. Fonseca (1753) *Relacam do que aconteceo aos demarcadores portugueses, e castellanos, no certam das terras da Collonia: opoziam que os indios lhes fizerao, rompimento da guerra que houve, e de cómo se alhanarao todas as dificultades*. (apud WILDE, 2003, p. 93).

Artigo recebido em 30/09/2013. Aprovado em 11/03/2014.